

FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DESAFIOS ATUAIS

Daiani Clesnei da Rosa¹

*Muda que quando a gente muda o mundo muda com a gente
A gente muda o mundo na mudança da mente
E quando a mente muda a gente anda pra frente
E quando a gente manda ninguém manda na gente
Na mudança de atitude não há mal que não se mude nem doença sem
cura
Na mudança de postura a gente fica mais seguro
Na mudança do presente a gente molda o futuro².*

Resumo: Este artigo é um ensaio reflexivo sobre a formação docente e suas inter-relações com a educação ambiental, considerando os desafios atuais. Inicialmente, aborda-se a formação docente para então debruçar-se sobre a relação entre formação docente e a educação ambiental. Parte-se da reflexão sobre os desafios no contexto educacional brasileiro, destacando aspectos legislativos em vigor. Na parte intitulada formação docente e a educação ambiental apresenta-se uma abordagem sobre algumas terminologias e concepções vinculadas a esta área específica de saber e suas contribuições para a formação docente inicial e continuada. A questão que permeia este artigo é: Como deve ser uma formação para que os docentes e os estudantes se transformem em agentes de mudança socioambiental em um mundo globalizado/sociedade do conhecimento e atuem na construção de um paradigma ecopedagógico?

Palavras-chaves: Formação Docente. Educação Ambiental. Educação

¹ Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela UNISINOS. Professora nos cursos de licenciaturas e Pedagogia e Coordenadora do Curso de Formação Pedagógica para Docentes no Centro Universitário Univates.

² Gabriel O Pensador

Abstract: This essay reflects on teachers' formation and its interrelationship with the environmental education, considering the current challenges. It starts reflecting on teachers' formation and later on the relation between them. It presents the challenges faced in Brazilian educational context, pointing out the current legal aspects. A perspective about some terminologies and concepts related to the issues and its contribution to the initial and continuing education is presented. The question is: How should the formation be in order to the teachers and the students become agents of social-environmental transformation in a global and worldwide society of knowledge contributing with the construction of an ecopedagogical paradigm?

Key words: Teachers' formation; Environmental education; Education.

INTRODUÇÃO

Pela exteriorização, a sociedade é um produto do homem; pela objetivação, a sociedade faz-se uma realidade em si mesma; e pela interiorização o homem mostra-se também um produto da sociedade.³

A formação docente é minha área de atuação há mais de duas décadas, tanto no Ensino Médio, nos cursos de magistério, quanto no Ensino Superior, atuando nas licenciaturas. No entanto, não havia considerado a forma como esses cursos abordam a educação ambiental, área que ficava sempre ao cargo dos professores que trabalhavam com as Ciências.

Em 2008, tive contato com um grupo multidisciplinar que trabalha em um projeto de formação de coletivo educador na área ambiental, em parceria com a Universidade de Caxias do Sul. Ao participar desse grupo percebi que os cursos de formação docente estão muito voltados para sua área de atuação, deixando de lado a educação ambiental, uma dimensão que toma proporções cada vez mais amplas na sociedade contemporânea.

Este artigo é uma reflexão sobre as possibilidades na articulação entre a formação docente e a educação ambiental, a partir da seguinte problematização: Como deve ser uma formação para que os docentes e os estudantes se transformem em agentes de mudança socioambiental em um mundo globalizado/sociedade do conhecimento e atuem na construção de um paradigma ecopedagógico? Como desenvolver uma formação docente

³ Morais, 1993, p. 26-27

que busque o engajamento entre professores e estudantes em situações de ensino e de aprendizagem nos quais discutam questões ambientais vitais na esfera individual e coletiva?

FORMAÇÃO DOCENTE, A LEGISLAÇÃO E OS DESAFIOS ATUAIS

Refletir sobre a formação docente torna-se um desafio constante, pois muitas são as mudanças ocorridas a partir da L.D.B.E.N. nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional) e da sociedade de um modo geral. O sistema educacional brasileiro se encontra pautado em diretrizes para os diversos níveis educacionais, trazendo aspectos significativos para as mudanças que se fazem necessárias, as quais apresentam impactos nas formas de convivência social, na organização do trabalho e no exercício da cidadania.

A legislação vigente expõe uma preocupação com a organização e qualidade da formação de professores para a Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura. As Diretrizes Curriculares Nacionais para esse nível de ensino se organizam como um “conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino”⁴, sendo essas determinações complementadas pelos artigos 12 e 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁵.

As Diretrizes Curriculares Nacionais apresentam orientações específicas à formação docente, destacando aspectos relevantes como: o ensino visando à aprendizagem dos alunos; o respeito e o trato à diversidade; práticas de pesquisas investigativas; elaboração e execução de projetos; conhecimento e uso de tecnologias de informação e da comunicação; utilização de metodologias e estratégias inovadoras; trabalho em equipe, entre outros. Esses são alguns dos desafios que a formação docente enfrenta para desenvolver uma proposta de qualidade que vise à mudança de postura do docente para atuar no século XXI.

⁴ Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena.

⁵ L.D.B.E.N. nº 9.394/96.

Considerando o processo histórico, conforme o parecer do Conselho Nacional de Educação⁶, o Brasil desenvolveu passos significativos nas décadas de 80 e 90, a partir da universalização do acesso ao Ensino Fundamental obrigatório, o que melhorou o fluxo de matrícula e os investimentos na qualidade da aprendizagem.

Esse processo está atrelado às exigências impostas de mudanças educacionais e tem como objetivo atender à necessidade de profissionais qualificados, que reconheçam a importância da educação para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a superação da desigualdade social. Segundo Gadotti (2001-B, p.234), “[...] parece impossível construir um desenvolvimento sustentável sem uma educação para o desenvolvimento sustentável”.

Para que essas mudanças se efetivem, é importante o desenvolvimento de políticas de melhoria da qualificação profissional docente, tanto para reverter o preparo docente tradicional inicial, fragmentado, como para desenvolver atividades docentes apropriadas às necessidades da sociedade contemporânea, o que requer a revisão dos modelos e da função do docente para atuar de forma transformadora e comprometida.

Em relação à legislação, ainda, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 descreve a importância da “associação entre teorias e práticas”⁷, e expõe a preocupação em deslocar a formação desse profissional para o ensino superior, visando à qualificação do trabalho. Para isto indica os locais em que devem ser realizados os processos de formação, determina a separação entre formação docente e formação para a gestão educacional, mostra a importância da realização da prática de ensino e demonstra preocupação com a valorização do profissional da educação⁸. No entanto, não apresenta nenhuma referência à relação entre a formação docente e o estudo sobre as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável.

Para compreender o processo de formação docente, se faz necessário refletir sobre o que, hoje, se denomina ‘sociedade do conhecimento’⁸

⁶ Parecer CNE/CP 009, de maio de 2001.

⁷ Souza e Silva, 2001, p. 97, LDBEN 9.394/96, art. 61, I.

⁸ Souza e Silva, 2001, p. 97, LDBEN 9.394/96, artigos: 62, 63, 64, 65, 66 e 67.

ou ‘sociedade aprendente’⁹. De modo geral, entende-se que se trata de um período de incertezas que requer nova visão sobre a educação e a formação docente, as quais estão ligadas à preocupação com o futuro do Planeta.

Atualmente o sistema educacional apresenta proposta com características e concepções do século XIX e XX, para atender os desafios apresentados pelas demandas do início do século XXI, que mostra a juventude em profunda crise. Percebe-se falta de sintonia entre o que é ensinado e o que realmente estimula o interesse dos jovens. Para Gadotti (2003 C, p. 47), o jovem “só aprende quando quer aprender e só quer aprender quando vê na aprendizagem algum sentido”. Conforme Hargreaves (2004, p. 14), “se não inflamarmos a imaginação dos jovens e lhes proporcionarmos a alegria de aprender, não apenas deixaremos de elevar os padrões de desempenho como também estaremos violando os objetivos da educação”.

A formação docente passa pela necessidade de buscar iniciativas de mudanças que realmente potencializem estratégias, que superem a mera transmissão de conhecimentos e ampliem as possibilidades de como aprender. Conforme Gadotti (2003, p. 47),

[...] o professor precisa saber que é difícil para o aluno perceber essa relação entre o que ele está aprendendo e o legado da humanidade. O aluno que não perceber essa relação não verá sentido naquilo que está aprendendo e não aprenderá, resistirá à aprendizagem, será indiferente ao que o professor estiver ensinando.

O ensino no século XXI traz desafios que precisam considerar as habilidades desenvolvidas e a necessidade de experiências de aprendizagem significativas, que tenham como objetivo o enfrentamento de tarefas de aprendizagem na escola e fora dela. Esse desafio extrapola o simples domínio da transmissão de informações. Para Gutiérrez e Prado (2002, p. 63), trata-se de desenvolver um processo pedagógico que, antes de tudo, deveria “dar sentido ao que fazemos, compartilhar sentidos, impregnar de sentido as práticas da vida cotidiana e compreender o sem-sentido de muitas outras práticas que aberta ou sorrateiramente tentam se impor”.

⁹ Gadotti (2003 C).

Quanto aos desafios atuais da formação docente, é preciso considerar outra necessidade: a de novo profissional da educação. Ou seja, como afirma Gadotti (2003 C; p. 53), “o novo professor deixa de ser lecionador para ser um ‘gestor’ do conhecimento social.” Nesse aspecto, Imbernón (2005, p. 15) destaca que é preciso “formar o professor na mudança e para a mudança por meio de desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo, e abrir caminho para uma verdadeira autonomia profissional compartilhada”. O mesmo autor afirma a necessidade de “considerar o professor como um agente dinâmico cultural, social e curricular, capaz de *tomar decisões educativas, éticas e morais, de desenvolver o currículo em um contexto determinado e de elaborar projetos e materiais curriculares com a colaboração dos colegas*¹⁰, situando o processo em um contexto específico controlado pelo próprio coletivo”.

A docência como profissão traz à tona um debate que não se esgota e sinaliza uma preocupação que deve ser analisada com cuidado: O que significa ser profissional da educação numa sociedade que está em transformação? Qual a diferença entre a docência que temos com a profissionalização docente tão exigida atualmente? Imbernón (2005, p. 24), em sua concepção do conceito de profissionalismo, difere do conceito neoliberal de profissão e passa a um conceito mais social, complexo e multidimensional, entendendo que “o processo de profissionalização fundamenta-se nos valores da cooperação entre os indivíduos e do progresso social.” Da mesma forma, Hargreaves (2004) salienta a importância do trabalho em conjunto e de um profissionalismo com parcerias. Para esse autor, a forma que as pessoas aprendem e se aperfeiçoam passa pelo convívio coletivo. Para Hargreaves (2004, p. 125), as economias do conhecimento

[...] dependem da inteligência coletiva e do capital social, incluindo formas de se compartilhar e desenvolver conhecimento com colegas de profissão. Compartilhar ideias e capacidades, proporcionar apoio moral quando se estiver lidando com desafios novos e difíceis e discutir conjuntamente casos individuais complexos representa a essência do trabalho coletivo forte e a base das comunidades profissionais efetivas. As comunidades profissionais sólidas no ensino são não apenas gratificantes emocionalmente para os professores, diretamente responsáveis pela melhoria dos padrões de aprendizagem e resultados de aquisição dos alunos; elas são componentes fundamentais das organizações baseadas no conhecimento.

¹⁰ Grifo do autor.

A ideia de coletivo, de compartilhar com o outro suas angústias e desafios não é novidade, pois sempre existiu nas discussões escolares, mais especificamente nas reuniões e nos conselhos de classe. O que muda então, nessa proposta tão enfática de exigir formação que desenvolva a capacidade de reflexão em grupo? Essa exigência torna-se necessária no momento em que se percebe a função docente como algo que compõe e está inserida em um contexto maior que o microsistema da escola e que hoje passa pela discussão de novos valores, os quais impõem a necessidade da educação ambiental voltada para o desenvolvimento sustentável.

Os desafios atuais de formação docente passam, portanto, pela reflexão sobre a relação com o outro e com o planeta Terra, na qual a escola e o profissional da educação tornam-se agentes de uma mudança de concepção de vida. Nesse sentido, as questões ambientais atuais influenciam na busca de novos significados para os processos de aprendizagem. Para Gadotti (2003, p. 48), “todo o ser vivo aprende na interação com o seu contexto: aprendizagem é relação com o contexto. Quem dá significado ao que aprendemos é o contexto”. E o contexto socioambiental contemporâneo requer atores sociais que assumam a responsabilidade pelo futuro do planeta, o que pressupõe formas de interação baseadas na sustentabilidade em suas diversas faces: social, ambiental, política e econômica.

Diante desses desafios, a legislação mostra-se vinculada às preocupações atuais quando aponta que a formação docente deve priorizar o processo de construção da aprendizagem dos estudantes, respeitando as diferenças de ritmos e de estilos e que esse processo precisa estar ligado à prática de pesquisa – professor pesquisador. Em relação ao desenvolvimento de práticas pedagógicas desafiadoras, destaca, ainda, o trabalho com projetos que quebra a visão linear de transmissão de conhecimento, considerando metodologias e estratégias inovadoras, e retoma a importância do trabalho em equipe como forma de superação do individualismo.

FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

[...] temos necessidade de um pensamento ecologizado que, baseando-se na concepção auto-eco-organizadora, considere a ligação de todo sistema vivo, humano ou social a seu ambiente (Morin e Kern, 1995, p. 74).

Falar sobre formação docente nos dias atuais remete a questões que vão além da sala de aula e do processo de ensino e de aprendizagem. Questões que englobam também visão de mundo, de coletivo, de convívio planetário¹¹, de meio ambiente. Conforme Morin e Kern (1995, p. 65), “a Terra é uma totalidade complexa física/biológica/antropológica, em que a vida é uma emergência de história da terra, e o homem uma emergência da história de vida terrestre”.

Nesse sentido, algumas questões inquietam: Que formação docente precisa ser desenvolvida para mudar a concepção linear de processo de construção de conhecimento e de aprendizagem? Qual a relação entre formação docente e educação ambiental? Como abordar/trabalhar com educação ambiental e desenvolvimento sustentável na formação docente? Que aspectos devem ser abordados sobre educação ambiental na formação docente para construir novos paradigmas? Vamos nos deter em algumas ideias que podem desencadear a reflexão.

Quando se considera a necessidade de uma visão de mundo que incorpore o coletivo e que responda aos desafios impostos, percebe-se que é preciso mudar a maneira de pensar e desenvolver a formação docente, rompendo com o “modo linear de pensar” que produz “receitas, fórmulas feitas e preconcebidas” (Gadotti, 2000, p. 39). Nesse sentido, a educação ambiental contribui, já que propõe uma percepção complexa de realidade e dos elementos em interação.

A educação ambiental pode desencadear a “tomada de consciência”¹² do docente quanto a sua função pedagógica, tanto na formação inicial como na formação continuada em um mundo globalizado. Gutiérrez e Prado (2002, p. 61) destacam que a proposta pedagógica voltada à ecopedagogia deve ser, além de prática, “flexível, processual e holística”. Em relação a esse aspecto, Sauv  (2005, p. 317) afirma que:

[...] a educa o ambiental n o  , portanto, uma ‘forma’ de educa o (uma ‘educa o para...’) entre in meras outras; n o   simplesmente uma ‘ferramenta’ para a solu o de problemas ou de gest o do meio ambiente. Trata-se de uma dimens o essencial da educa o fundamental que diz respeito a uma esfera de intera oes que est  na base do desenvolvimento pessoal e social: a da rela o com o meio em que vivemos, com essa ‘casa de vida’ compartilhada.

Segundo o autor, o objetivo da educação ambiental é repensar a nossa relação com o meio ambiente. Para tanto, o educador deve abordar “as múltiplas facetas dessa relação, que correspondem a modos diversos e complementares de apreender o meio ambiente” (Sauvé, 2005, p. 317). Os desafios que se apresentam aos docentes para trabalhar com a educação ambiental devem se tornar uma preocupação constante nos programas de formação, o que exige dos formadores maior reflexão para melhor compreender o papel da sustentabilidade. Trata-se de um trabalho ainda a ser realizado e para o qual, segundo Demo (2000, p. 61),

[...] é particularmente interessante a ‘ecopedagogia’ ou a ‘pedagogia da Terra’, de sentido planetário e sustentável [...] assinalando a importância – já por razões de sobrevivência comum, sobretudo - da solidariedade coletiva, e levando-se em conta a necessidade de reduzir as desigualdades sociais, bem como de manejar cuidadosamente os recursos naturais.

A formação docente precisa, portanto, se preocupar com a forma de desenvolver as reflexões sobre a dimensão ambiental no currículo escolar, na escolha de metodologias adequadas para despertar a consciência planetária e contribuir na gestão das políticas públicas, ou seja, organizar o processo pedagógico visando “a promoção da aprendizagem através de todos os recursos colocados em jogo no ato educativo” (Gutiérrez & Prado, 2002, p. 60).

Para Imbernón (2005, p. 104), muitos são os obstáculos que o profissional da educação encontra, entre eles “a falta de um debate sobre a formação inicial dos professores dos diversos níveis educativos; a falta de coordenação, acompanhamento e avaliação por parte das instituições e serviços nos programas de formação permanente...”. No entanto, esses obstáculos podem ser convertidos em possibilidades de discussões e propostas inovadoras. Para isso, o autor afirma que é “preciso desenvolver novas formas de linguagem e, sobretudo, práticas críticas alternativas que permitam desvelar o currículo oculto da organização e descobrir outras maneiras de ver o mundo, a escola e sua organização” (Imbernón, 2005, p.103).

A sociedade do conhecimento apresenta um cenário profissional com diversas nuances em que se faz necessário retomar o contato das reflexões com as práticas educativas, permitindo trabalhar em consonância com a educação da humanidade, destacando o comprometimento de todos na garantia do direito e acesso numa sociedade mais justa, íntegra e

sustentável. Dessa forma, considera-se a urgência de pensar propostas educacionais que tragam em seu bojo a educação ambiental como prática social que atue em direção à superação das desigualdades econômicas e sociais, por meio de ações concretas que repensem e refaçam a “rede de relações entre as pessoas, seus grupos sociais e o meio ambiente” (Sauvé & Orellana, 2003, p. 275-276). Segundo esses autores, esse é o desejo central da educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as ideias apontadas no decorrer deste artigo, são várias as possibilidades de reflexão sobre a forma de organização e desenvolvimento de propostas de formação docente que destaquem a questão ambiental como preocupação planetária e urgente. Nesse sentido, os questionamentos apontam desafios que surgem quando se pensa a relação entre a formação docente, a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Os desafios que se impõem à formação docente, na sociedade do conhecimento mostram a importância de os professores dos cursos de formação preparar os estudantes de licenciatura para uma sociedade de incertezas, desenvolvendo uma visão de justiça e inclusão, em que a responsabilidade se encontra pautada no compromisso de todos o que inclui o meio ambiente como um todo. Conforme Hargreaves (2004, p. 125), a “prosperidade futura depende de nossa inventividade, nossa capacidade de aproveitar e de desenvolver nossa inteligência coletiva para os atributos centrais da economia do conhecimento”. Para isso é importante que os docentes das licenciaturas repensem seus conceitos e possam incluir a educação ambiental.

Outro desafio a ser superado é a formação continuada que passa a ser uma necessidade, muitas vezes imposta aos professores já atuantes, não apenas como um desejo de continuar refletindo sobre sua prática pedagógica, mas como uma forma de estar inserido num mundo que exige habilidades de intervenções no processo de construção de aprendizagem do estudante, visando à melhoria e ao sucesso dele na sociedade do conhecimento. Para Gutiérrez e Prado (2002, p. 62), a formação continuada deve partir de uma pedagogia que possibilite “abrir caminhos novos, dinâmicos, inéditos, irrepetíveis, sentidos e espirituais”.

Os desafios impostos à formação docente e ao sistema educacional como um todo abrem possibilidades de superação de práticas pedagógicas ultrapassadas, que não contribuem para o estudante desenvolver competências para enfrentar e reverter a sociedade da exclusão 13. E, nesse sentido, a educação ambiental coloca-se como dimensão essencial para a construção de outra lógica de interação com o outro, com o meio ambiente e consigo, ou seja, “uma educação concebida como criação de novas e possíveis relações [...] um processo de elaboração de sentidos” (Gutiérrez & Prado, 2002, p. 63).

Os processos de formação docente devem analisar os aspectos que desqualificam as práticas pedagógicas como uma oportunidade de desenvolver programas de formação a partir dos próprios profissionais que atuam e de estabelecer mecanismos que transformem a função docente, conforme o contexto em que se encontra inserido, no qual os problemas ambientais não podem mais ser ignorados. Segundo Gutiérrez e Prado (2002, p. 61), “os procedimentos, indicadores e instrumentos pedagógicos requeridos pela cidadania ambiental têm que ser criados e recriados dia a dia, conforme as exigências da cultura de sustentabilidade”.

Para Hargreaves (2004, p. 221), uma das grandes tarefas dos educadores é auxiliar na construção de uma sociedade mais incluyente. Para isso, os docentes precisam “reinventar o ensino como uma missão social; ajudar a construir um movimento social; desenvolver estratégias mais sofisticadas de melhoria escolar; reconhecer a importância da inventividade, da experimentação e da flexibilidade e demonstrar coragem política e integridade social”.

Para trabalhar com educação ambiental, Sauvé (2005, p. 319) sugere que “é preciso que se aprenda a discutir, a escutar, a argumentar, a convencer, em suma, a comunicar-se eficazmente, por meio de um diálogo entre saberes de diversos tipos”. Trata-se do diálogo como possibilidade de intervenção na realidade, ideia apresentada por Paulo Freire quando destaca que “ensinar exige disponibilidade para o diálogo” (Freire, 1997, p. 152).

O diálogo é inerente ao desenvolvimento das relações humanas e deve pautar toda e qualquer forma pedagógica de acompanhamento e intervenção no processo de ensino e de aprendizagem. Conforme Gutiérrez e Prado (2002, p. 66), “a interlocução, a conversa, é a essência do ato educativo: a interlocução significativa, o diálogo horizontal, tendo sempre presente o outro como legítimo outro [...]”.

A tarefa do profissional da educação deveria, portanto, ampliar a visão de mundo dos estudantes, desenvolver a criatividade para solucionar os problemas, e não apenas exercitar soluções já existentes. Nesse sentido, “ser um profissional da educação significará participar da emancipação das pessoas. O objetivo da educação é ajudar a tornar as pessoas mais livres, menos dependentes do poder econômico, político e social” (Imbernón, 2005, p. 28)

Os desafios e as possibilidades de trabalhar com a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável na formação docente são amplos, exigem a necessidade de reflexão constante sobre uma formação que visa a fazer do estudante agente de transformação social, na qual o sentido de coletividade pauta o ato pedagógico de construção de aprendizagens significativas. Esta proposta vai ao encontro do preâmbulo da Carta da Terra, apresentado no livro de Leonardo Boff (2003, p. 109 e 110):

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, uma época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito à natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2003.

CHASSOT, Attico. Uma dimensão ambiental para a educação como uma alternativa para o ensino mais político. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michele. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos, RiMa, 2003, p. 397-406.

DEMO, Pedro. **Saber pensar**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000 (guia da escola cidadã, v. 6).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000.

_____. (Org.). **Perspectivas Atuais da Educação.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido.** Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GAUDIANO, Edgar G. Discursos Ambientalistas e Discursos Pedagógicos. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michele. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora.** São Carlos, RiMa, 2003. p. 389-396.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária.** 3 ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da escola cidadã, v. 3).

HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAIS, Regis de. **Ecologia da Mente.** Campinas, SP: Psy, 1993.

MORIN, Edgard; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 1995.

SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michele. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora.** São Carlos, RiMa, 2003.

SAUVÉ, Lucie. **Educação ambiental: possibilidades e limitações.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago, 2005.

SOUZA, Paulo N. P.; SILVA, Eurides B. da. **Como entender e aplicar a nova LDB.** São Paulo: Pioneira, 2001.

